



Carubas do Piauí (PI) — Cidade que ocupa a 18ª posição entre os 20 municípios do país com maior índice de pobreza humana. Foto: Valter Campanato/ABr

Superação da pobreza rural?

Marcelo Neri

Se a China é a fábrica do mundo, o Brasil é a fazenda. A agricultura brasileira floresce e dá frutos. No âmbito social vai de Josué de Castro, com a sua *Geografia da fome* nos anos de 1940, a José Graziano, recém-eleito à presidência da Food and Agriculture Organization (FAO), agência ligada à ONU.

A bandeira inicial levantada por Luiz Inácio Lula da Silva no seu discurso da vitória em 2002 foi Fome Zero, e não Tolerância Zero aplicado à

violência em Nova York, por exemplo. Em 2007, na alta global no preço dos alimentos que a rigor beneficia macroeconomicamente o Brasil, mas prejudica pobres de todas as partes, o governo reajustou o Bolsa Família de forma a compensar a perda de poder de compra na base da distribuição.

Dilma Rousseff repete a receita ao eleger como meta principal a erradicação da miséria (tecnicamente o miserável seria aquele que não consegue suprir necessidades

calóricas básicas). O lema geral de governo é: “Um país rico é um país sem pobreza” e o Brasil Sem Miséria a sua principal inovação.

O Ministério do Desenvolvimento Social e o IBGE acabaram de lançar estudo baseado no Censo 2010 que indica 8,5% abaixo dessa linha, cerca de 16 milhões de miseráveis, 58% maior que a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009 seriam 5,38%¹ e como de novo nosso estudo revela que a pobreza

caiu 16,2% entre 2009 e 2010, aumentando a discrepância. Em 2001, nosso “Mapa do Fim da Fome” já mostrava que pelo Censo a pobreza constatada pela FGV era 14% maior que na Pnad.

Distorção

Isso afeta diretamente a medição não só do nível, mas da composição da importância extrema da pobreza rural *versus* urbana. A proporção de extremamente pobres usando a linha oficial que seria de 47% no Censo, passaria para 31% na Pnad. Na minha visão a pobreza rural está superestimada no Censo. Esse é o ponto a ser assinalado.

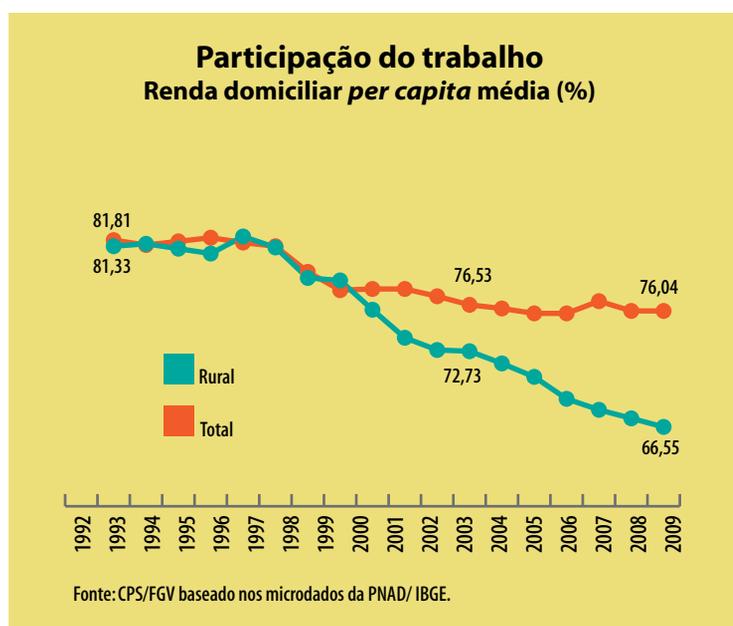
Calculamos quanta renda adicional cada miserável deveria receber para satisfazer suas

necessidades básicas com base na Pnad e a linha da FGV de R\$ 151 por mês ajustada por diferenças regionais de custo de vida. Para o meio rural, em 2009, calculamos um custo total de erradicação da miséria de aproximadamente R\$ 500 milhões mensais, equivalente a R\$ 19,43 por pessoa (diferença de R\$ 10 em relação à média total por brasileiro, de R\$ 9,33). Como 32% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, o custo por não pobre é obviamente superior, chegando a R\$ 28,53 no campo (R\$ 11,02 no total). Em média, o pobre no campo receberia R\$ 60,91 por mês. Esse exercício não deve ser compreendido como uma defesa a políticas específicas, mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas.

A proporção de extremamente pobres usando a linha oficial que seria de 47% no Censo passaria para 31% na Pnad

O dado é útil para traçar o alvo das ações e organizar suas fontes de financiamento. Mas como evoluiu a pobreza no campo?

Em 1992, apesar de conter apenas 18% da população total, então em 145 milhões de pessoas, o meio rural já concentrava 28% dos pobres. Para cada 10 pessoas que viviam no campo, seis encontravam-se abaixo da linha de pobreza. Avançando no tempo, encontramos uma situação distinta. O processo de urbanização já em curso prosseguiu, o país diminuiu em cerca de 50% a taxa de pobreza rural. Usamos controles para comparar populações com características similares (tais como sexo, escolaridade etc.), de forma a isolar o papel do binômio campo/cidade. É importante deixar claro que a queda acumulada e absoluta de pobreza foi semelhante comparando



A participação do trabalho na renda se tornou menos importante no meio rural do que em outras áreas do país: 66,5% contra 76%

os seis anos entre 2003 e 2009 e os 11 anos compreendidos entre 1992 e 2003, sendo a chance de pobreza 63% mais baixa em 2009 *vis-à-vis* a 1992.

A queda da chance relativa da pobreza no campo *vis-à-vis* as metrópoles foi maior no primeiro período (47%), que inclui a fase de crise metropolitana, do que no segundo período quando atingiu 3%. A época, depois de 1992, quando os benefícios da então nova Constituição começaram a ser distribuídos na área rural, foi mais pró-campo, enquanto o período após 2003 beneficiou mais os pobres em geral: rurais, urbanos e/ou metropolitanos.

Fontes

O foco agora passa para as forças motrizes das alterações ocorridas e na sustentabilidade dos níveis de renda e de sua trajetória ascendente. Inicialmente, investigamos o comportamento dos diferentes componentes da renda das famílias no campo. As análises conduzidas incluem não só a população rural como um todo, mas também são abertas por classes econômicas.

Entre 2003 e 2009, a *renda per capita* média do brasileiro que vive na área rural cresceu 6,1% ao ano em termos reais, isto é, já descontada a inflação e o crescimento populacional. Dessa forma, passou de R\$ 212,58 para R\$ 303,30 (o crescimento médio nacional foi de 4,72%).

A fonte de renda que mais cresceu na área rural foi a de programas sociais (21,4% contra 12,9% da média nacional), influenciada pela criação do Programa Bolsa Família, em 2003, e expansões. O processo de envelhecimento populacional e os efeitos dos reajustes do salário mínimo, que cresceu mais de 45% nesse período, pressionaram o valor da base de benefícios. Na área rural a renda de previdência no piso cresce 5,58%, refletindo a incorporação de aposentados a esse segmento.

A renda do trabalho teve um incremento médio anual

de 4,5%, abaixo das outras fontes de renda e do que observamos no Brasil como um todo (4,6% ao ano), conferindo menor base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. A remuneração do trabalho se tornou menos importante na área rural do que no resto do país, correspondendo a 66,5% da renda média percebida pelo brasileiro que vive no campo (contra 76% da média nacional). Apesar de sua elevada participação na renda total, o trabalho respondeu por apenas 52,1% do crescimento registrado no período. Para a totalidade do país, a contribuição do trabalho supera a verificada no campo em aproximadamente 24 pontos percentuais, alcançando 76%.

A renda do trabalho constituía 81,3% da renda domiciliar *per capita* média no campo, em 1992, próximo ao valor registrado para a totalidade do país. Em 1996, verifica-se o ápice de sua participação, a partir de quando tem início uma longa fase de declínio que perdura até hoje. Em contrapartida, as transferências públicas adquirem maior importância relativa, consequência da criação dos já mencionados programas de transferência de renda e aumentos de benefícios previdenciários.

Nova agenda

É preciso ir além e “dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos quando, pelas vias da queda da desigualdade, “demos os pobres aos mercados (consumidores)”. A agenda de mercado aos pobres é vantajosa, pois não encerra custos fiscais, gerando melhoras de Pareto, onde ninguém perde e os pobres rurais ganham *upgrades* diferenciado, pois estavam mais distantes do mercado que os pobres urbanos. Quando os mercados estão muito incompletos é possível sair do velho dilema entre eficiência e equidade e ganhar pela união harmoniosa desses vetores. Do crédito consignado a benefícios de programas sociais particularmente relevantes nas áreas rurais vai nessa linha, alavancando os ganhos de bem-estar daqueles contemplados por razões de equidade.

Devemos tratar o pobre como protagonista de sua história e não como um passivo receptor de transferências de recursos oficiais e de crédito consignado a benefícios. Há que se turbinar mais o protagonismo das pessoas. O programa territórios da cidadania propõe-se a fazer isso de uma perspectiva pública. Há que se explorar as vertentes rurais de interação de ativismo público e privado.

O crédito produtivo popular é fundamental para dar vazão aos espíritos empreendedores da baixa renda, e temos o exemplo

do Agroamigo de um banco público federal em área pobre, o do Nordeste, que tem gerado lições fundamentais por meio de outro programa Crediamigo, este de atuação urbana. Nos dois programas há uma lição específica do rendimento do trabalho aumentando com a produtividade (salário-eficiência), no caso dos agentes de crédito que podem até triplicar o salário, dependendo da *performance* da carteira. Há riqueza no meio da pobreza, e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nessa busca. Uma agenda que está atrofiada no Brasil é aquela ligada aos trabalhadores por pequenos produtores rurais, e consiste em dar acesso aos pobres, como produtores, aos mercados consumidores.

Uma boa política de caminhos e estradas rurais, onde vive 15% da população brasileira gerando boa parte da produção agrícola, segue também nessa linha aproximando os produtores dos mercados. Outra linha paralela é a ampliação da eletrificação rural como o Luz para Todos.

A educação funciona como passaporte para o trabalho formal. Como o setor público é, ou deveria ser, mais próximo dos pobres, ele pode pavimentar o acesso ao mercado. Apesar dos custos é preciso estender as avaliações da Prova Brasil às escolas rurais com menos de 30 alunos, de forma que as metas de educação do IDEB cheguem

É preciso estender a Prova Brasil às escolas rurais, pois educação de qualidade é a principal via para a superação sustentável da pobreza

de forma plena ao campo. A educação de qualidade é a principal via para a superação sustentável da pobreza rural. ▣

Marcelo Neri — Chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (mcneri@fgv.br e www.fgv.br/cps)

Referência: LOPES, M. R.; ALVES, E.; e CONTINI, E. *O empobrecimento da agricultura brasileira – migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias*. Coletânea de artigos revistos. Editor técnico, Eliseu Alves. Brasília, DF. Embrapa.

¹Esse número seria 3,68% pela POF que é a melhor base de dados disponível por incorporar renda não monetária (25% da renda dos pobres).